



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638443 - SP (2021/0000801-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : JOSE MAURICIO CAMARGO E OUTRO  
**ADVOGADO** : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE VENTURA PINTO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE VENTURA PINTO DOS SANTOS JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0019646-84.2016.8.26.0050).

O paciente encontra-se em cumprimento da pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Os impetrantes sustentam que, "sem necessidade de proceder à análise de fatos e provas, providência incompatível com a via do Habeas Corpus, mas, simples reavaliação da sentença, na parte dosimétrica, a constatar, prima facie, a evidente ilegalidade na negativa do redutor do parágrafo 4º do art. 33 da LD, as quais foram chanceladas pelo Juízo de 2º Grau, a qual pede sua cassação" (fl. 11).

Requerem, liminarmente, o reconhecimento do redutor, ainda que no mínimo, conforme o § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto dos HCs n. 529.592/SP e 602.904/SP; no primeiro *writ*, o relator, Ministro Sebastião Reis Júnior, denegou a ordem ;o relator não conheceu do segundo, porquanto reiteração do primeiro, com decisão confirmada pela Turma.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente